

PALAVRAS DO PRESIDENTE

A. Gomes da Costa

Vários acontecimentos importantes marcaram a vida portuguesa durante este ano de 1998. Foi um pouco como reviver-se o período de euforia e de vibração popular causado pela descoberta do caminho marítimo para a Índia, que transformou a Lisboa quinhentista, no dizer de D. Carolina Michaelis de Vasconcelos, no centro do mundo, onde se cruzaram, com os negócios das especiarias, todas as ambições e todas as intrigas, os jogos de mercadores e os luxos da Corte.

Agora, o que agitou o país não foram as riquezas do Oriente, nem as naus de regresso, carregadas de cerâmica da China, de pimenta da Sumatra, e panos do Ceilão. Foi a entrada da moeda única; foi a inauguração da Ponte Vasco da Gama; foi a Expo'98; foram os bons indicadores macro-econômicos; foi a escolha do Porto para a Capital Europeia da Cultura – e assim por diante.

Portugal está a viver um bom momento e os portugueses readquiriram uma auto-estima que, por vezes, lhes fazia falta. Desde os dados da economia à animação cultural e artística; da entrada dos fundos comunitários, durante anos sucessivos, à práxis da democracia, a esta altura consolidada – muitos fatores se conjugam para que Portugal dê passos de progresso e de modernidade e não se pareça mais com a velha Lusitânia, consumida pelo Império e governada pelas regras apertadas de um regime que não arriscava nem nos gastos do orçamento, nem na liberdade política.

É claro que no meio deste quadro de prosperidade e de entusiasmo coletivo, temos, por vezes, receio de que Portugal se esqueça ou não dê tanta importância, ao seus desígnios atlânticos. Nessa vertente, que na política externa anunciada continua a ser uma constante, sente-se já, entretanto, algum apagamento. Por exemplo: no que diz respeito à epopéia marítima ou ao imaginário sobre o Brasil. Existe cada vez mais nítida uma obsessão pela Europa, de onde vem o dinheiro para as auto-estradas, a manteiga mais barata e as diretivas de Maastricht e Amesterdam. E por muito que se queira lembrar os países de expressão oficial portuguesa na África; ou a importância do Brasil, que é, no mun-

Maastricht e Amesterdam. E por muito que se queira lembrar os países de expressão oficial portuguesa na África; ou a importância do Brasil, que é, no mundo, o único país onde se sente a dimensão plena da portugalidade; ou a Diáspora a desaparecer na sua fase crepuscular, o certo é que para a maioria a Europa é a moda – e o resto pouco importa.

Os portugueses pensam no alargamento da União para o Leste e têm receio de que nos próximos anos os fundos estruturais diminuam; pensam no ouro e sabem que têm de seguir daqui para a frente os critérios de convergência contra a inflação, a dívida pública e o déficit orçamentário que forem fixados pelo Banco Central; pensam na concorrência das empresas multinacionais e sabem que não podem resistir à onda da globalização e ao poderio das indústrias dos países tecnologicamente mais avançados; pensam na identidade nacional, na invasão de outras culturas, nos riscos de uma Europa-fortaleza – mas todas essas inquietações são para os ensaístas e para o discurso político. No dia a dia, o que contam são os ganhos, o nível de vida, o emprego, as boas estradas, os automóveis novos, os restaurantes sofisticados – e as férias...

É por essas e por outras que ao tomarmos conhecimento de que alguém cogitou, outra vez, em Lisboa, de interromper o envio para o Real Gabinete Português de Leitura de um exemplar das obras editadas no país, quebrando assim uma prática que remonta a 1923, quando a Lei No. 1345, de 30 de maio daquele ano, mais tarde revigorada pelo Decreto No. 25134, de 15 de março de 1935, determinou que “fossem enviadas ao Ministério da Instrução Pública, com destino ao Gabinete Português de Leitura, todas as obras impressas em Portugal, porquanto, com isso, se assegura maior expansão intercontinental da Língua e da Cultura Portuguesa e se contribui para estreitar os laços espirituais que nos unem ao mais importante núcleo da colônia portuguesa” – nós nos perguntamos: terá fundamento a notícia?

Então, se no tempo de apertos e de pobreza, o Estado Português, com as despesas da remessa – e os editores portugueses, com o custo de um exemplar de cada obra – puderam atender às exigências do “depósito legal” e, apesar das falhas e transgressões, cumprir o que determinou a lei, agora, ao invés de ampliar o benefício a outros Gabinetes e Grêmios, conforme foi sugerido há pouco tempo pela Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, quem acabar com um estatuto que de alguma forma pode ser considerado o que de mais válido e permanente se faz no campo cultural das relações luso-brasileiras: enviar para este país um exemplar dos livros editados em Portugal?

Esperamos que a informação não se confirme: por amor à Cultura Portuguesa e por respeito ao Brasil. Para já não dizer: por solidariedade ao que fazemos no Real Gabinete.